



Marcello Celli/123RF

Historicidade sem crenças

Maria do Socorro Fernandes de Carvalho



resumo

Este texto propõe uma reflexão sobre alguns aspectos das edições contemporâneas de textos seiscentistas. A partir da publicação dos livros elaborados pelos professores João Adolfo Hansen e Marcello Moreira, aborda-se a demanda por acuidade filológica e o exercício da historicidade no trato de textos escritos no século XVII, especialmente aqueles que circularam na manuscritura. Este texto, portanto, incide sobre questões concernentes à edição de poesia, referindo aspectos do domínio da história do livro e da cultura escrita, da historiografia da literatura nacional, de retórica e poética, enfrentando o recortado sincrônico que os processos de continuidade e descontinuidade imprimem aos modelos e imitações poéticas.

Palavras-chave: Gregório de Matos; literatura; retórica.

abstract

This text proposes a reflection on some aspects of the contemporary editions of seventeenth century texts. From the publication of the books elaborated by profs. João Adolfo Hansen and Marcello Moreira, the demand for philological acuity and the exercise of historicity in the treatment of texts written in the seventeenth century, especially those that circulated in the manuscript, are approached. This text, therefore, focuses on issues concerning the edition of poetry, referring to aspects of the domain of the history of the book and written culture, the historiography of national literature, rhetoric and poetics, facing the synchronic cutaway that the processes of continuity and discontinuity print models and poetic imitations.

Keywords: Gregório de Matos; literature; rhetoric.

A

parentemente a ideia de que existiu um mundo muito diverso do nosso, em cujo relato temos dificuldade de reconhecer nossos referenciais os mais pressupostos, é uma constatação demasiada para o leitor de crítica literária no Brasil, acostumado com modos de análise e leitura de obras ficcionais alicerçados em pressupostos seus já suficientemente assentados. A realização de outro modo de crítica textual efetivada pelos professores João Adolfo Hansen e Marcello Moreira, com a publicação da edição e estudo dos *Poemas atribuídos a Gregório de Matos* (Hansen & Moreira, 2013a; 2013b) a partir do *Códice Asensio-Cunha*, expõe a existência de outro mundo, não mais existente, universo ultrapassado, substituído pelas modernidades das letras, modernidades que impuseram força tal que fez apagar aos olhos leitores a maior parte daqueles anteriores modos de produção e recepção de discursos. Mas há outros mundos, houve outros mundos, cujos funcionamentos apenas rastreamos

imprecisamente nas diversas representações que deles remanesceram.

A crítica empenhada, militante dessa edição apoia-se reiteradamente na observação da historicidade das práticas simbólicas dos muitos poemas que compõem o *Códice Asensio-Cunha*, compilação material dos poemas coletados¹. Trata-se de práticas de escrita que reverberam o substrato da retórica normativa como matriz desta produção de signos com palavras. A militância na busca pela prova de uma edição *verdadeiramente* crítica, tendo em vista toda a extensão do termo “edição crítica”, centra-se na atenção às demandas

1 O código pertenceu à Biblioteca Celso Cunha e hoje está depositado na UFRJ. O título refere os nomes de dois filólogos: o espanhol Eugenio Asensio e o brasileiro Celso Cunha. Compunha-se originalmente de quatro volumes; os três volumes que permanecem depositados compõem a fonte da pesquisa que originou esse livro. Outra fonte consultada foi o *Códice Lamego*, depositado na Universidade de São Paulo.

MARIA DO SOCORRO FERNANDES DE CARVALHO é professora de Literatura Portuguesa da Universidade Federal de São Paulo e autora de *Poesia de agudeza em Portugal* (Edusp).

pelo entendimento do que varia na textualidade e nos meios pelos quais os textos chegam aos leitores. O fato é que essa edição nos obriga a considerar que no mundo do século XVII há várias versões concorrentes das obras postas em circulação, as quais foram lidas – e isso significa ser obra: ser lida – e, portanto, devem ser levadas em conta pelos novos leitores do nosso presente. Decerto que o descentramento da ideia de autor único e a coexistência de edições sinópticas de poemas faz vacilar nossas velhas maneiras de entender um livro de poesia, mas sua edição crítica nos avisa que, sem compreender a historicidade específica dos casos editoriais da publicização de textos poéticos seiscentistas, corremos o risco de não entender aquela matéria.

O que o leitor ganha na presente reflexão que os organizadores propõem reside na explicitação de que é necessário o cuidado filológico, uma acurada atenção tecnicamente prevista, para a compreensão das especificidades compositivas desses poemas, nomeadamente sua historicidade a partir das práticas poéticas e letradas em que foram produzidos, tempos nos quais a multiplicidade das variantes é parte integrante do sistema de produção da poesia, como se disse. Portanto, ganha-se quanto ao método da abordagem, que procura, na arqueologia dos resíduos daqueles anos seiscentos e setecentos, meios e modos de observação da matéria dessa poesia. Acima de tudo, nesse exercício interpretativo, outro procedimento é perscrutado: trata-se da materialidade da palavra escrita. O fato de serem poemas manuscritos, avulsos, com variantes de escritura, encerrados em códices organizados por terceiros e depositados em instituições arquivais diversas, revela muito sobre os poemas em si. Pode

parecer pouco aos olhos leitores do século XXI, mas historicidade, multiplicidade e manuscritura, juntas, dizem muito sobre toda a poesia do século XVII.

A abordagem trazida nessa edição crítica nos leva ao domínio da história do livro e da cultura escrita, objeto de estudo que tem chamado muito a atenção de nova geração de estudiosos das letras na Espanha e na França, países onde a pesquisa sobre o livro e a materialidade da produção escrita vai adiantada, catalisada neste último país pelos estudos de Roger Chartier, sem se limitar a esse pesquisador, pois há diversos estudiosos dedicados ao tema. Efetivamente, a pesquisa sobre a história do livro e da cultura letrada, dentre elas a manuscritura e a impressão de poesia, desde sua estreia na modernidade industrial gutemberguiana na Europa, tem rendido relevante colaboração aos estudos literários como um todo.

A edição espalha-se em cinco livros, dos quais quatro compõem a antologia dos poemas manuscritos transcritos à impressão, e o quinto volume – intitulado *Para que todos entendais. Poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII* – traz um amplo estudo dos professores envolvidos e glosários pertinentes. Longe de se apresentar como um manual, esse livro todavia oferece informações, reflexões e chaves de compreensão que orientam o leitor rumo a leituras plenas de entendimentos que, embora nunca completas, sempre são complexas, pois, ao invés de importar a manufatura da poesia seiscentista para o universo da teoria literária de nossa contemporaneidade, ajustando-a à

monumental rede conceitual que a teorização da literatura aciona hoje em dia, leva o leitor ao momento histórico de Gregório de Matos, fazendo-o entender o que era a poesia no tempo mesmo de sua escrita e leitura. O leitor é que é levado ao século XVII e, nesse caso, também para o século XVIII dos códices gregorianos. Esse percurso da interpretação faz a maior diferença.

Efetivamente todos os cinco volumes atestam na sua escritura uma defesa da historicidade na abordagem da matéria, o que na verdade circunscreve-se a uma abordagem com elementos metodológicos indispensáveis, a partir das contingências de sua produção, circulação e leitura. Extensivamente, portanto, esse livro faz uma reflexão sobre as práticas letradas no Antigo Estado português na corte lusitana e em suas possessões ultramarinas, bem como promove o debate sobre como os estudos literários de nossa atualidade tratam o específico da matéria.

Dessa maneira, o que podemos apreender da defesa da historicidade de uma matéria a partir de seu método de estudo? Os autores desse livro concentram num volume o levantamento da condição com que vem sendo elaborada a crítica textual no Brasil, entendendo por objeto da crítica textual “exclusivamente a elucidação, interpretação e fixação filológica de um texto” (Hansen & Moreira, 2013b, p. 121). O caso de Gregório de Matos é exemplar da larga controvérsia porque começa por se tratar de poemas produzidos no século XVII, que ademais permaneceram quase integralmente sem impressão antes do século XX. Tornados públicos no seu tempo quer em manuscritos, donde foram copiados variavelmente, quer na *Vida do doutor Gregório de Matos e Guerra*, escrita pelo licenciado Manuel Pires Rabelo

no início do século XVIII, na Bahia, esses poemas, a princípio, mal foram considerados brasileiros, mas desde sempre controversos.

Manuscritos de poesia e ineditismo não são novidade quando se trata do século XVII. Os problemas surgem quando são editados em forma de livro sem as muito devidas considerações de sua condição material, letrada, poética, manuscrita ou livresca... histórica, numa palavra, como tem sido feito incontinente no Brasil, reclamam os filólogos. A inclusão dos aspectos formativos dessas letras é o cumprimento da historicidade do texto. É o que o leitor espera de uma edição rigorosa, finalmente disponível ao público lusófono com essa edição mineira.

O que acaba por danar esses versos, afinal, encontra-se na própria instituição letrada do tempo, origem das dificuldades editoriais de cópias manuscritas do século XVII. Quer dizer, poemas circulantes, como os atribuídos a Gregório de Matos, foram escritos num período que a historiografia da literatura nacional desconsidera como precisamente “nacional, porque são considerados circunscritos à produção de textos dominados pela imitação de obras canônicas portuguesas, sem os necessários traços e componentes da nacionalidade brasileira, a qual viria a constituir-se apenas mais tardiamente. Essa é a noção dominante. Em larga escala, essa produção é mesmo tomada como protoliterária pelo sistema literário brasileiro. Além do que, e mais grave ainda, esses textos têm composição formalmente vencida segundo os paradigmas da modernidade literária, vigentes desde meados a fins do século XVIII, e definitivamente assentados no decurso do século XIX. Do outro lado da questão, para os estudiosos que levam em conta a historicidade do sistema letrado da língua

portuguesa ao conceberem de antemão o substrato da retórica como plano de instrução e instituição de todos os discursos, tecnicamente o problema é que a crítica literária, a história literária, as ciências todas do tempo da modernidade da literatura brasileira encontram-se equipadas para pensar e editar seus próprios objetos, e não outros, como “velhos” antígrafos seiscentistas. A origem dos problemas é de ordem metodológica, então, e tem suas razões.

Os pensadores explicam que a história como disciplina foi a grande vencedora na disputa transecular pela implantação do chamado método científico, instituidor da modernidade no Ocidente. Tendo despontado como “superdisciplina da modernidade”, a história impôs seu campo disciplinar a todos os saberes que se queriam ou necessitavam científicos a partir da instituição do paradigma da cientificidade, o que ocorreu em momentos e topografias diferentes, um pouco para frente ou para trás no tempo diacrônico, e no espaço, a depender de muitas variáveis e contingências que não cabe referir por demasiadas e deslocadas aqui. Assim, fala-se de modo geral que tudo se deu na Europa a partir de meados do século XVIII; no Brasil, de modo matricial, ou seja, como paradigma de composição de discursos, poéticos ou dos outros gêneros, a partir do início do século XIX, tendo-se o modelo discursivo instruído pela retórica estendido sua sobrevida pelo século XIX adentro, sobretudo veiculado pelo sistema curricular da escola formal no país, até finais da centúria e início do século XX, como mostram várias pesquisas (Souza, 1999; Chauvin, 2019²;

Carvalho, 2006). Podemos entender o que derivou disso quanto à bastardia de versos escritos segundo ensinamentos da retórica normativa para a produção de representações com palavras e outros signos.

Roberto Acízelo de Souza nos explica que, tendo a pesquisa científica, já nos séculos XVI e XVII, esboçado todos os grandes ramos das ciências da natureza – física, química e biologia –, avançou da ordem da natureza para a da sociedade, desterrando para o domínio das crenças e opiniões tudo o que não lhe era harmônico. Assim, a “super-ciência da história” totalitária e expansivamente acabou por decretar a ultrapassagem das humanidades (Souza, 1987), dentre elas o estudo daquelas letras nas quais se incluem os versos famigerados, configurando o processo de esvaziamento gradual e sucessivo pelo qual passaria a retórica como formação geral em linguagem e matriz produtora de representações “imitativas”.

Entendemos assim que, ferida de morte pelo arpão da teoria da literatura, disciplina cujo objeto é tão somente o texto e a linguagem, a retórica segue incontornavelmente para o museu, acompanhada do cortejo de todo o aparato editorial subjacente, fosse manuscrito ou impresso. Diz o pesquisador que, no início do século XIX, o prestígio da evidência dos fatos, ideias e sentimentos e o ideal de positividade do conhecimento atingem plenamente o território das chamadas humanidades, dando origem a diversos campos de investigação específicos: ciências do espírito, morais, culturais, humanísticas, humanas, políticas, sociais, históricas. O estudo da literatura se submete à nova ordem do conhecimento: a linguagem literária será concebida como expressão de uma personalidade, como apreensão de

2 Texto publicado neste dossiê.

uma realidade social ou como documento de significação histórica, submetidos todos à perspectiva unificante da história, instância privilegiada do conhecimento (Souza, 1987).

Sob as novas denominações de história e crítica literárias, designações próprias aos estudos literários do século XIX, os interesses dirigidos ao estudo da produção de versos apontam doravante para o biografismo, sociologismo ou filologia. Chegamos assim a um dos núcleos do conflito entre os equipamentos conceituais da crítica e da teoria da literatura e os estudos que abordam o modo de produção discursiva instruído pela retórica, caso dos versos em questão. Dizem respeito ao embate entre crítica textual historicizada e biografismo dos estudos literários quando se manifestam os autores do volume 5 do livro *Para que todos entendais...*

“Um dos índices desse processo de adesão da literatura ao paradigma histórico de cientificidade é facilmente constatável na relação que se estabelece entre ela e a crítica biográfica, que interpretava os *opera litterarum* em conformidade com a biografia do autor. A vida do autor era, muitas vezes, construída com base em supostas informações ‘objetivas’ extraídas dos próprios textos [...]” (Hansen & Moreira, 2013b, p. 13).

Igualmente submetida à perspectiva unificante da hegemônica história aparece a mesma filologia, como elencado acima, que entende sempre o texto, sob esse paradigma, como documento de significação histórica a que se deve irrestrita fidelidade interpretativa. Contra essa tendência, por assim dizer, dominante na crítica textual praticada no Brasil desde o século XIX, investem vigorosamente os autores dessa antologia poética.

Há nesse livro uma programática censura e avaliação negativa do ensino de filologia e da incipiência e precariedade da teorização e prática da disciplina no país.

“O que se censura à filologia de base neolachmanniana é que, sob sua aparente neutralidade, em sua ingenuidade real ou fingida, em sua busca pela restituição do texto dito genuíno, ela porta consigo um sistema de valores que, no Brasil, talvez por inércia intelectual, talvez por nacionalismo, talvez por ideologia, se tem julgado como portador de validade transistórica. É como se o que respeitasse às tradições a serem editadas fosse apenas contingencialmente histórico e também como se a interpretação fosse ao mesmo tempo uma projeção idealizada e ‘crítica’ do interpretado” (Hansen & Moreira, 2013b, p. 69).

Tirando conclusões e fazendo inferências sérias sobre decorrências nacionalistas ou de ordem monumentalista, que trouxeram consequências insalubres à historiografia da literatura brasileira, como algumas proverbiais exclusões do cânone literário nacional, por exemplo, o que esses filólogos acusam na prática crítica correntemente levada a cabo no país é o descompromisso com o que historicamente é variável na composição dos textos. Ou seja, o juízo negativo apresentado advém da acusada inobservância da historicização, tanto do objeto filológico, quanto dos instrumentos de seu conhecimento técnico. Os críticos apontam que são negligenciadas as práticas de intervenção continuada em textos preexistentes que os alteram em maior ou menor grau durante o processo de recomposição oral ou escritural, conceito definido por Paul Zumthor como *mouvance*.

Quer dizer, pede-se um conhecimento de seu próprio circuito de produção e publicação, a propósito do caso dos poemas manuscritos que se encontram na origem desse debate. Sem atender a essa demanda metodológica, avisam esses filólogos empenhados, todo o processo de interpretação, inerente à filologia, fica danificado definitivamente. De resto, em combate à crítica biografista que interpreta a obra em conformidade restrigente com a biografia do seu autor, critério oitocentista de legibilidade do discurso poético, a par do nativismo, e da filologia conforme vem sendo praticada, o que defendem, por sua vez, é que a prática de crítica textual investigue o “estatuto colaborativo de livros e manuscritos, nos séculos XVI, XVII e XVIII, em que, do autor ao leitor, mediavam importantes figuras corresponsáveis pela produção bibliográfico-textual, como escribas, ilustradores, editores, compositores, impressores e tantos outros, como os leitores e os ouvintes, que, pela prática do remanejamento, intervinham inventivamente nas obras” (Hansen & Moreira, 2013b, p. 123).

Em meio a toda essa trama historiológica, do que reclamam esses filólogos: há história de mais ou história de menos?

É necessário cingir o sentido de historicidade conforme ela é demandada em estudos que levam em conta a formação global retórica dos textos submetidos a uma edição crítica e criticável. A proposta é que sempre sejam consideradas as condições históricas de produção, circulação e fruição dos textos.

O maior ganho do leitor dessa edição encontra-se no fato de o estudo levar em conta elementos remanescentes da ação retórica na poesia de Gregório de Matos.

Sendo a poesia entendida como ação mimética da escritura em relação à oralidade de sua composição, o leitor pode observar que essa mimesis é eficaz, por um lado, e precária, por outro lado: a escrita garante a permanência do texto pelo registro no papel, contudo apenas de uma parte de seus componentes textuais; suas particularidades fônicas e, muito importante, aquelas performáticas, de quando foram tornadas públicas, perdem-se no evento mesmo de sua oralização. Em última medida, o que a obra textual guarda é eficiente contra os efeitos que a passagem do tempo imprime sobre a palavra escrita. Entretanto, a importância da ação enunciativa de uma obra e os dados performáticos das circunstâncias de sua produção ou publicação estão cada vez mais no centro de interesse dos estudos de poesia, poética e retórica, pois, esse livro mostra bem, não se trata de aspectos ornamentais, antes são traços constitutivos dessa poesia que porta determinada oralidade muito cultivada na formulação discursiva.

Roger Chartier afirma que o conceito de “materialidade do texto” deve ser manejado no trato editorial com o propósito primordial de superar uma oposição erroneamente convencionalizada entre a obra e o livro ou objeto impresso. O movimento deve ser o de aceitação, compreensão das vicissitudes arrostadas por determinada produção no decurso dos tempos, e não o de querer corrigi-las, neutralizá-las ou simplesmente ignorá-las. Um livro é certamente um objeto, mas, no caso da poesia manuscrita transposta para o suporte livresco, é também um discurso sobre a própria poesia que guarda. O livro passa assim a ser parte da obra de um autor. A atenção que deve ser dada a componentes como ortografia das palavras, pontuação,

didascálias, notas, rasuras, riscados, disposição, repetições, ilustrações, capitais maiúsculas, qualidade da tinta e papel, marginália, erratas, etc. deve servir para o leitor perceber os efeitos desses elementos sobre os textos. Esses elementos são parte da história dos textos, compõem-no, e crescem significados enquanto informam as leituras. É bem verdade que um livro difere de uma cópia manuscrita, mas o leitor não precisa sair perdendo nesta transposição de suporte material. Livro é um objeto especial na civilização dos homens; escrever textos e publicar livros é um processo pleno de ritos, técnicas, ações e sobretudo afetos humanos, o que transpassa o ato de escrita, em si mesmo já afetado.

As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens múltiplas e de práticas rituais ou cotidianas. Elas concernem, mais fundamentalmente, às relações múltiplas, móveis, instáveis, estabelecidas entre a obra e seus textos. O processo de publicação, qualquer que seja sua modalidade, nunca separa a materialidade do texto da textualidade do livro (Chartier, 2017, p. 187).

Atentar à historicidade da matéria também é observar a manutenção dos índices de oralidade do texto. A partir do pressuposto, atinado pela pesquisa prestigiada de Paul Zumthor quanto a cantigas de tempos anteriores, de que o enunciado não se separa da enunciação (Hansen & Moreira, 2013b, p. 59), os filólogos buscam interpretar os vários níveis da musicalidade expressiva da poesia de Gregório de Matos. É devido à presença da voz que fala ou canta os poemas, apreço pela oralidade inscrita na poesia ainda autônoma em alguma escala da escrita, que os poemas aparecem mais em

suas camadas fônicas, significantes ou musicais, do que teria sido a matéria sonora, na qual menos interessa a semântica dos termos, antes importa o apelo aos sons que vêm das palavras e de seu encadeamento concertado.

O que fica claro é que a partilha social dessa poesia, nos séculos XVII e XVIII, contava com os meios convencionais de leitura silenciosa, mas também contava com a leitura mediatizada pelo intérprete e por vezes com encenação com música, ou seja, com instrumento musical que acompanhava o texto. Tudo isso parece muito complexo para o leitor de hoje, acostumado com uma noção unilateral do consumo de poesia pela leitura individual e silenciosa, daí o estranhamento quando todo o cabedal da oralidade é levantado na arqueologia da manuscritura. Aparentemente, defende essa edição, a camada significativa ocupa muito maior relevância nessa poesia do que atina nossa atual compreensão literária. Fica posto de antemão na operação “a dependência da escritura frente à oralidade” justamente porque a escritura é uma prática “análoga, substitutiva” e, sobretudo, “imitativa” da voz do poeta que se ouve ou se imagina ouvir nos poemas. Se Luís de Camões afirma na lírica que ver plenamente é ver com os olhos da alma, para esta afinada crítica textual, ler versos é ouvir com os ouvidos da alma a voz que um dia ali soou.

A propósito da oralidade, vê-se que, dentre todas as marcas textuais presentes na poesia do século XVII, talvez as didascálias sejam as que mais atenção atraem. Entendidas como índice expresso de referencialização do discurso poético, as pequenas instruções sobrepostas ao início dos poemas aparecem como explicação, dica ou sinopse das leituras possíveis ao texto que já iniciam.

Os leitores podem entender a didascália a partir da experiência que possuem com as pequenas sínteses que antecedem a redação dos atos nas peças teatrais, chamados geralmente de *argumentos*, os quais não raro sintetizam a ação que logo em seguida o leitor verá desenvolvida na trama dramática.

Consideradas como protocolos de leitura, as didascálias são correntemente incorporadas aos textos por ação dos editores e reproduzem resultados de leituras possíveis; preservá-las é, portanto, manter um elemento visível de anteriores recepções do poema. Entendidas como “cenários ficcionais de enunciação”, as didascálias oferecem caminhos para a interpretação que o leitor deve dar, compondo pelo menos um sentido ao texto, embora não único, mas privilegiado porque expresso bem no topo do poema. Variáveis de edição a edição, as didascálias expõem a expressiva ficcionalidade de todo o texto, sem garantir que a legibilidade que desejam impingir nele seja a única experimentável. É inegável, todavia, que, em larga escala, a referencialização encimada por este preambular não raro legitima a leitura que se deseja imprimir ao instituir sua legibilidade. Veja-se um exemplo:

“Na era de 1686 quimeriavam os sebastianistas a vinda do Encoberto por um cometa, que apareceu. O poeta pretende em vão desvanecê-los traduzindo um discurso do padre Antônio Vieira que se aplica a El-Rei D. Pedro II”.

Seguem-se 12 *Décimas* que sintetizam poeticamente um dos paradoxos mais glosados no século XVII: ser o Encoberto um rei contemporâneo, chame-se ele Dom João IV, Afonso VI ou Pedro II. Nossas ciências

políticas explicam hodiernamente como foi possível a atualização mítica do Rei Encoberto quinhentista Dom Sebastião a partir, por exemplo, da teoria da “dupla pessoa do rei”. Mas, no século XVII, o padre Antônio Vieira pagou caro, com a própria liberdade, por afirmar reiteradamente como isso, além de possível, era de fato verdadeiro e necessário para a existência do Quinto Império. Passou a vida inteira explicando esse paradoxo em toda a poligrafia que escreveu: sermões, pareceres, papéis vários, cartas – nomeadamente a famígera carta *Esperanças de Portugal*, de 1659, expediente que o incriminaria junto ao Tribunal do Santo Ofício. Glosado em prosa e verso, esse mito fundador da cultura portuguesa, nestas *Décimas*, só tem sua defesa compreensível a partir da leitura indiciada pela didascália? É difícil repor a arqueologia de uma dúvida fora da temporalidade em que ela teria se imposto, se o foi. De todo modo, é transparente que essa didascália legitima a leitura preferencial que a edição manuscrita quis impingir ao explicar o entendimento desse discurso poético atualizado em verso por um homem de letras do Antigo Estado português, o doutor Gregório, e sob a autoridade irredutível do jesuíta Antônio Vieira. Da mesma forma transparece que deixar de editar tal didascália comprometeria definitivamente a construção de sentido desse poema.

Os editores da presente coletânea assecuraram ainda que as didascálias possuem outras finalidades igualmente referenciadoras: elas estabelecem relações intertextuais entre poemas inscritos dentro do mesmo códice e com obras de outros poetas, remetendo a textos outros a que respondem ou provocam. Além disso, amplificam os editores, nelas há por vezes indicação de que o texto que encimam

é destinado a ser cantado ou tocado, trazendo expressões como “tonilhos para cantar” ou “romance para cantar”. Essa particularidade das didascálias remete a outra contingência desses poemas, que é precisamente o fato de comporem cancioneiros, modalidade de livro de longa tradição nas letras ibéricas, que remete a profundas ilações sobre a cultura lusitana, a história do livro em língua portuguesa, as cantigas antigas, e assim por detrás no tempo... Enfim, vê-se claramente como o compromisso com a historicidade editorial é profícuo ao estudo das letras.

Outro elemento encontra-se nas notas, bastante conhecidas do público leitor. Trata-se da contingência de enunciação do texto que pode eventualmente unir, além do componente vocal – a voz que fala ou canta o texto –, e do componente musical – a voz que canta ou toca juntamente –, os gestos e postura na locução circunstanciada do texto: a *performance* de apresentação do texto diante de um auditório, em voz alta e, em certa ocasião, sua récita.

Estudos literários atuais empenham-se cada dia mais em explicar o fenômeno, ao que parece irrefutável, da ocorrência da *performance* como componente do sistema cultural das letras antigas, nomeadamente da poesia grega arcaica. Helenistas apontam alguns aspectos relevantes ao conjunto do sistema de produção, circulação e recepção da antiga poesia de língua grega, como o caráter pragmático de sua récita, o acompanhamento por instrumentos musicais e, mais importante, a circunstancialidade de sua audiência pública. Para a compreensão da *performance* da audiência de poesia no século XVII, entretanto, basta-nos reter a manutenção dos índices de oralidade, como a *performance*, que possibilitam a inclusão

do elemento de reflexão sobre a relação de predomínio entre a oralidade e a escrita na manuscritura, modo de publicização tão eficaz quanto o livro impresso, e que resistiu longamente até o século XVIII.

Do ponto de vista da composição poética, a existência do elemento performático impacta na construção interna do texto e na sua existência externa, dado que faz parte do caráter circunstancial do discurso, sua oralidade, como se disse. Entender a *performance* como relação do texto com o local, momento, espaço e situação específicos, sendo tudo detectável fragmentariamente a partir de indícios textuais e outros elementos culturais das situações discursivas, é manter a possibilidade de construção de sentidos aos poemas.

Saber tratar de objeto tão singular quanto o códice poético, com a limitação da análise que deslancha e de sua existência efetiva no mundo ibérico do século XVII, é parte dos benefícios que uma edição crítica oferece, pois nossa apreensão dessa poesia é sempre limitada, residual, ficando aquém da multiplicidade de ocasiões de distintas naturezas e amplitudes que a leitura, a visão ou a audição propiciaram. Performática a princípio, musicalizada sempre, o que ficou e pôde ser impresso nos livros ou manuscrito nos papéis está nas linhas dos versos.

Dentre os variados índices da conformação retórico-poética aproveitados na manuscritura seiscentista, talvez o mais radical seja a disposição das partes dos poemas coletados na antologia de um manuscrito. Desprestigiada porque mal-entendida pela edição tradicional de poemas no Brasil, a disposição (*dispositio*) é componente axial na linguagem do mundo plenamente hierarquizado do Antigo Estado português. No

plano da escrita, a disposição dos poemas num livro, seja impresso ou “livro de mão”, efetiva a autoridade do poeta, firmando sua excelência. Em Lisboa, por exemplo, vários estudos já apontaram a relevância estratégica da organização dos gêneros da primeira edição da lírica de Luís de Camões, *Rhythmas*, elaborada por Francisco Lobo Soropita em 1595: sonetos em primeiro lugar, canções e odes em segundo, depois elegias, oitavas, élogos, por fim glosas e voltas, poemas em versos curtos, escritos na chamada *medida velha* (Almeida, 1996). No *Códice Asensio-Cunha*, a escolha dos diversos conjuntos e a disposição dos poemas no interior dos volumes expõem o emprego de critérios poéticos executados por uma articulação entre poemas e vida do poeta. A presença da *Vida do doutor Gregório de Matos* antecede o *corpus* dos poemas, atribuindo-lhe uma espécie de qualificação prévia, uma autoridade. Os poemas são dispostos em grupos de gêneros poéticos que se relacionam com elementos ficcionalizados na *Vida*, que dá legibilidade e, ao mesmo tempo, ordena os poemas. Quando abrimos o volume 1, vemos na mancha gráfica da primeira página o desenho de um medalhão que contém as seguintes informações: “Matos da Bahia 1º Tomo que contem a vida do D.or Gregorio de Mattos Guerra, Poezias sacras, e obsequiosas a Principes, Prelados, Personagens, e outros de distinção, com a mescla de algumas satyras aos mesmos”. Os organizadores explicam que a escolha de conjuntos de poemas, no caso poesias de matéria religiosa, elogiosas ou encomiásticas, dirigidas em suas referencialidades a autoridades eclesiásticas, políticas ou civis, localiza este conjunto como poesia elogiosa, grave, escrita em estilo elevado, que aciona os gêneros epidítico e deliberativo

paralelamente, conforme instrução retórica convencional. A menção a gêneros mistos – “com a mescla de algumas satyras” –, sátiras poéticas que fizeram a infâmia do nosso Boca do Inferno, é pertinente porque corresponde à expectativa que o público leitor dessa poesia demanda, conhecedor que é de suas variações genéricas na diferenciação de seus múltiplos gêneros e espécies textuais. Tal multiplicidade genérica é traço definidor dessas letras que as divisões dos conjuntos de poemas atestam, realçam e legitimam. A disposição, assim explicada, realiza de antemão uma interpretação dos poemas em seu próprio ato de organização, pleno de significados historiográficos que necessitam permanecer visíveis.

Outro conceito revisto nesta abordagem encontra-se na própria noção de “autor”. João Adolfo Hansen já propôs noutro lugar uma compreensão do conceito de autor no século XVII. Segundo ele afirma, sem qualquer noção de unidade que se sustente nesse universo, o que há é uma não unidade ou heterogeneidade dos processos de constituição de obras, que os poetas e oradores seiscentistas aprendem observando o princípio autoral da discursividade antiga, precisamente as noções de *auctoritas* ou *auctor* (Hansen, 1992, p. 22). Segundo o professor, as práticas antigas postulam a autoria como autoridade quando reatualizam a modelização dos efeitos verossímeis dos discursos, feita principalmente por Aristóteles. Os modelos são a convenção a ser imitada porque trazem consigo a norma verossímil de discursos propostos em gêneros retórico-poéticos reconhecíveis pelo público leitor, cuja heterogeneidade, que se reveste nas obras, decorre das muito variadas aplicações ou apropriações das formalizações antigas várias, não se concebendo a unifi-

dade prévia de “uma tradição” autoral. Daí compreende-se a noção de “obra atribuída”, um dos itens de maior dissenso no seio da crítica literária brasileira quanto ao debate em torno ao legado “literário colonial”, como o de Gregório de Matos. A *auctoritas* é a norma verossímil de discursos propostos como tradição escalonada em gêneros. Emerge daí, em conclusão, a consciência de que as noções de autoria e atribuição são válidas (apenas) historicamente localizadas, e não apresentam sempre os mesmos valores e sentidos transistoricamente.

O caráter heterogêneo dos processos de continuidade e descontinuidade pelos quais a poesia de Gregório de Matos passou, a partir mesmo de sua produção e depois, com os numerosos eventos de suas recepções no decurso de três séculos, promove um condicionamento rarefeito ao devir da obra, à sua existência, e origina apagamentos no âmbito da história da literatura brasileira. A compreensão da multiplicidade heterogênea de versões de poemas demanda instrumental teórico diverso do que tem sido correntemente aplicado pela crítica literária lusófona. Com efeito, fica claro que a tal multiplicidade não se aplica nenhuma noção de unidade. Ocorre que apresentar unidade tem sido condição para a aplicação dos instrumentos de análise sistematizados pelos estudos literários. Por outras palavras, o fato de não possuir uma unidade à qual se possa ajustar instrumental teórico dos estudos literários, que exige intrinsecamente uma tal unidade, faz com que os instrumentais disponíveis e praticados por esses estudos na crítica e na teorização da literatura não se adaptem a objeto não unitário. Diante da impropriedade do instrumental interpretativo corrente, o mais comum é que os estudos literários realizem certas reduções

da heterogeneidade da matéria (Kossovitch, 2002, pp. 305 e segs.). Como é de se esperar em qualquer metodologia, tendo inadequado o método e alterada a matéria de análise do processo, os resultados são falseados, para dizer o mínimo.

O problema da compreensão do papel da disposição, como foi mencionado, é radical, mas vemos que toda a questão da abordagem retórica da instrução fornecida à poesia reside no desafio de fundo metodológico que preside qualquer forma de sua edição. Acredito que edições bem cuidadas de textos manuscritos no suporte do livro, ou ainda em outro suporte, dentre os conhecidos e outros que surgirão³, trazem a possibilidade concreta da realização de leituras mais completas dessa poesia que ainda embaralha o campo das letras no Brasil. Por meio delas é possível fazer a busca por uma anamorfose de leitura, ou seja, o leitor pode posicionar-se num lugar que lhe proveja melhor visão do leque de elementos que compõem essas letras, os quais não são parcos. Pelo contrário, se observarmos o funcionamento desse campo no Seiscentos por meio do conceito de analogia, é possível facilmente perceber a multiplicidade de itens que comporiam um seu panorama. Analogicamente, pode-se perceber que, do mesmo modo que não existe uma tradição retórica imitada, um modelo de estilo seguido, um espaço econômico unificado na América portuguesa – e sim os espaços de dois Estados: do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão –, uma noção de poesia lírica, etc., não existe um modo de publicização de obras.

3 Em tese de doutoramento, o pesquisador Marcello Moreira (2011, pp. 513-7) chega mesmo a propor a edição em hipertexto do *Códice Asensio-Cunha*.

Se quisermos continuar com analogias, pode-se propor o esquema seguinte de paralelismo entre os planos políticos e conformação dos gêneros poéticos no século XVII usando a conhecida metáfora organicista do corpo do Estado, pela qual ao corpo místico do Estado corresponde a figura da unicidade fisiológica do corpo humano, analogia que tem origem, como se sabe, no germinal livro de *Comentários ao livro V da Metafísica*

de *Aristóteles* feito pelo filósofo Tomás de Aquino: à pluralidade dos membros corresponderia a de gêneros discursivos; à multiplicidade factível e potencial do corpo corresponderia a dos modos de composição textual; à diversidade das funções do corpo estatal corresponderiam as finalidades retóricas de cada gênero; e finalmente à unidade mística do corpo corresponderia a do sentido obtido na leitura de uma obra.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Isabel. "Camões e a poesia de arte menor", in *Lírica camoniana: estudos diversos*. Lisboa, Cosmos, 1996, pp. 31-45.
- CARVALHO, Maria do S. Fernandes de. "Mas isso passou: permanência dos modelos retórico-poéticos no conceito de poesia no Brasil do século XIX", in *Revista Ciências & Letras*, n. 39. Porto Alegre, Fapa, 2006, pp. 103-13.
- CHARTIER, Roger. "Materialidade do texto e expectativas de leitura. Concordâncias ou discordâncias?", in Marcelo Lachat; Natali F. C. Silva (orgs.). *Ficção e memória: estudos de poética, retórica e literatura*. Macapá, Unifap, 2017, pp. 182-211.
- CHAUVIN, Jean Pierre. *Uma Preceptiva do Oitocentos: a Arte de Escrever de Machado Coelho* [inédito]. Versão em PDF, 2019.
- HANSEN, João Adolfo; MOREIRA, Marcello. *Gregório de Matos e Guerra: poemas atribuídos. Códice Asensio-Cunha*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013a (4 volumes).
- _____. *Para que todos entendais. Poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra: letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013b.
- HANSEN, João Adolfo. "Autor", in José Luis Jobim (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro, Imago, 1992, pp. 11-43.
- KOSSOVITCH, Leon. *Condillac, lúcido e translúcido*. Cotia, Ateliê, 2011.
- _____. "La discontinuité et l'histoire de l'art", in Jean Galard (org.). *Ruptures: de la discontinuité dans la vie artistique*. Paris, Musée du Louvre/École Nationale Supérieure des Beaux-Arts, 2002, pp. 303-39.
- MOREIRA, Marcello. *Crítica textualis in caelum revocata? Uma proposta de edição e estudo da tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo, Edusp, 2011.
- RAGUSA, Giuliana (org./trad.). *Lira grega: antologia da poesia arcaica*. São Paulo, Hedra, 2013.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. *O império da eloquência*. Rio de Janeiro, Eduerj/Eduff, 1999.
- _____. *Formação da teoria da literatura*. Rio de Janeiro/Niterói, Ao Livro Técnico/Eduff, 1987.